

SESSÕES DO PLENÁRIO

59ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de junho de 2009.

PRESIDENTE: DEP. GETÚLIO UBIRATAN *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luiz Augusto, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Neusa Cadore, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Sérgio Passos, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto (34)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Fátima Nunes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 08 e 09/06/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Isaac Cunha, comunicando sua ausência na sessão do dia 15/06/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Eliedson Ferreira, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 02 e 04/06/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Isaac Cunha, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários que nos auxiliam no dia-a-dia nesta Casa, a minha fala hoje é um tanto pesada, sobre uma denúncia que nos dias de hoje não pode ocorrer por parte de gestores num País democrático, situação como a que ocorre no município de Aiquara.

Conheço o prefeito, visito a cidade, mas infelizmente tenho recebido correspondências da direção do Partido dos Trabalhadores daquela cidade, onde são feitas denúncias sobre a forma abusiva como aquele prefeito, amigo nosso, por sinal, vem tratando os servidores da prefeitura, só porque não rezam na sua cartilha e, em algum momento, saíram candidatos pelo nosso partido.

Tenho uma carta aqui do diretório, onde se coloca o seguinte:

(Lê) *“Estamos travando uma batalha na justiça em defesa dos nossos companheiros José Santiago Reis e José Novais de Jesus, ambos funcionários públicos concursados na função de servente, desde 1996, em que José Santiago exercia a função de pedreiro por ser um dos melhores profissionais do município, e José Novais sempre trabalhou como servente de pedreiro e, em 12 (doze) anos de profissionalismo, nunca receberam nenhuma advertência. Entretanto, em 2008, os mesmos concorreram às eleições juntamente com o Partido dos Trabalhadores, do qual são filiados, fazendo oposição à candidatura do atual prefeito Jutahy Souza Cosme (Jota), o que gerou um ato de perseguição descabida e ilegal, ferindo o Estatuto dos Servidores Públicos, a Lei Orgânica Municipal e principalmente a Carta Magna, no art. 5º, inciso VIII, que diz: 'Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou POLÍTICA salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, afixada em lei'.*

Logo após o pleito eleitoral de 2008, os nossos companheiros foram obrigados a exercerem a função de capinagem das vias públicas, específica de gari (Portaria do Governo Federal 397, CBO - Código Brasileiro de Ocupação), o que caracteriza desvio de função, pois ambos são concursados como serventes. Por se tratar de uma medida arbitrária, sem qualquer Ofício ou Portaria, os companheiros foram orientados pelo setor Jurídico da Associação dos Funcionários Públicos Municipais a comparecerem ao seu local de trabalho para exercerem em qualquer departamento da Administração Pública a função na qual são concursados, determinação que vem sendo cumprida pelos companheiros que estão permanecendo na Secretaria de Obras cumprindo toda a sua carga horária de trabalho. No entanto, estão sendo impedidos de assinarem a frequência desde o mês de maio de 2009, tendo o Prefeito Municipal como único propósito abrir um processo administrativo para proporcionar justa causa, que de fato não existe. Mesmo se fazendo presentes todos os dias na Secretaria de Obras, os companheiros estão recebendo faltas e já tiveram desconto de trinta dias do mês de maio, onde não foi considerado sequer o feriado de 1º de maio, o que confirma o ato de perseguição.

Deixamos registrado que a Associação dos Funcionários Públicos de Aiquara

já tomou as medidas judiciais necessárias para que a justiça seja feita conforme a Lei e a DEMOCRACIA em que vivemos.”

Portanto, Srs. Deputados, não é cabível nos dias de hoje existir perseguições arbitrárias a companheiros trabalhadores e servidores que cumprem fielmente as suas obrigações, que cumprem o seu horário no local de trabalho. E aqui está uma denúncia que diz que eles estão sendo impedidos, por uma determinação do prefeito, de assinar o ponto mesmo estando presentes.

Não podemos admitir isso, e quero colocar para esta Casa de leis esse ato arbitrário do prefeito de Aiquara, meu caro deputado Gildásio Penedo, grande Líder do Democratas. Deputado Gildásio Penedo, não é permitido, não é cabível nos dias de hoje companheiros sendo perseguidos por uma administração que está sendo arbitrária. E aqui quero conclamar todos os companheiros para levar essa denúncia adiante. Não é possível que naquela cidade nos dias de hoje ainda exista gestor com comportamento que não condiz com o seu perfil de homem público. Isso não é gestor público, isso é tirania.

Quero deixar aqui esta denúncia e dizer para os deputados que não podemos mais permitir que isso aconteça nos dias de hoje num Estado democrático como ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ISAAC CUNHA:- (...) a nossa querida Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, estamos voltando dos festejos de São João com uma boa notícia. Na realidade, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da questão da telefonia que decide sobre a competência do Estado para legislar, considerando a questão como relação de consumo. Foi nesse sentido a tese que defendi aqui quando apresentei o Projeto de Lei nº 14.398/2005. Ingressei com esse projeto no dia 03 de março de 2005 vetando a cobrança da tarifa de assinatura dos telefones fixos e móveis do Estado da Bahia.

Esse projeto de lei foi para a discussão na Comissão de Constituição e Justiça no dia 13 de abril de 2005 e foi aprovado por unanimidade. Logo depois, no dia 15 de maio de 2005, o projeto foi rejeitado na Comissão de Defesa do Consumidor. Paradoxalmente, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e reprovado na Comissão de Defesa do Consumidor. Reapresentei o projeto no ano seguinte, com o nº 15.266/2006. Logo no início do ano, dia 07 de março de 2006, eu o reapresentei. Terminou a legislatura de 2006, iniciamos um novo mandato em 2007, e quando termina uma legislatura os projetos são arquivados e o parlamentar pode pedir o desarquivamento. Solicitei o desarquivamento dele. Ele foi arquivado no dia 1º de fevereiro de 2007 e desarquivado em 02 de abril de 2007.

Esse projeto de lei, deputados Getúlio Ubiratan, Gildásio Penedo, Ferreira Ottomar, está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça desde abril de 2007.

Já conversei com o presidente desta Comissão, deputado Zé Neto, e solicitei a ele para nomear imediatamente um relator. Sugeri inclusive o nome do deputado Luiz de Deus, relator desse projeto na legislatura passada, para que possamos discutir na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Defesa do Consumidor e também aqui, no Plenário esse projeto, que é de grande importância para a população.

Esse valor que é cobrado do consumidor, R\$ 40,00, aproximadamente, pela chamada tarifa-assinatura para os telefones residenciais se constitui num verdadeiro abuso. É inaceitável a cobrança dessa tarifa-assinatura. Fizemos uma campanha que culminou com a coleta de 115 mil assinaturas na Legislatura passada. Apresentamos indicações para o presidente da República, a Anatel, o Congresso Nacional, o Senado. Fizemos uma intensa luta para acabar com essa tarifa-assinatura.

E continuamos a luta. Orientamos os consumidores a ingressarem com ações individuais, disponibilizando um formulário, está disponível até hoje, e dando a orientação para que as pessoas possam ingressar com ações na Justiça individualmente. Ingressamos com ações na Justiça através do IAPAZ e orientamos para que as pessoas ingressassem com ações na Justiça de forma individual nos juizados especiais.

Essa decisão do Supremo Tribunal Federal reforça a nossa luta pela extinção da tarifa-assinatura. E a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia tem a obrigação de aprovar esse projeto para beneficiar a população do nosso Estado e acabar com essa tarifa abusiva, absurda, a tarifa-assinatura que as empresas de telefonia cobram.

Portanto, o nosso projeto está tramitando e precisamos votá-lo aqui o mais rapidamente possível para beneficiar a população do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, ouvintes da *TV Assembleia*, apenas 5 minutos, que é o tempo concedido no horário do Pequeno Expediente, são insuficientes para falar do que ocorreu, aqui, em nossa Casa nesse período que se encerra hoje.

Como Líder da Bancada do PR, e já há alguns mandatos – estou no 6º mandato, são mais de 20 anos nesta Casa –, quero parabenizar a Mesa Diretora na pessoa do Sr. Presidente, os Srs. Deputados e as Srs. Deputadas, todos os membros desta Casa, aqueles que fazem o Parlamento baiano, pelo desempenho desse semestre. Na realidade, foi um semestre em que esta Casa produziu, e muito, em todos os setores de políticas públicas relativas ao Estado

Inúmeros projetos foram aqui aprovados. Em relação à frequência, chegamos a bater o recorde em várias sessões. Discutimos inúmeros problemas extras, projetos oriundos do Judiciário, do Ministério Público e desta própria Casa, claro que mais oriundos do governo do Estado. Enfim, a análise que faço desse semestre que se encerra hoje é altamente positiva para o Parlamento baiano.

É importante que marquemos essa posição, porque vemos, hoje, os escândalos que estouram dia a dia ou, talvez, a toda hora no Senado brasileiro, a maior Casa do Parlamento brasileiro, e na Câmara dos Deputados.

E nesta Casa, realmente, o semestre foi altamente produtivo. Isso mostra o compromisso dos deputados baianos com seu Estado, sua região, seus eleitores e a sociedade baiana. Isso é importante.

Esperamos que no segundo semestre se dê sequência a essa produção nesta Casa, com responsabilidade.

Quero elogiar o papel da Maioria por intermédio do seu Líder, deputado Waldenor Pereira, e, acima de tudo, o comportamento da Oposição. Claro que houve momentos em que aqui se discutiu, fortemente, amplamente, e esse é o papel do Parlamento, mas, chegou-se a um entendimento, deixando-se de lado coisas menores.

É por isso que gosto desta Casa, que nela estou há algum tempo e aqui, realmente se produz. A imprensa acompanhou todos os dias o nosso trabalho, sabendo que este Poder é aberto, mas, em momento algum, teceu críticas à administração desta Casa, ao funcionamento do Parlamento, que não fossem verdadeiras, porque esta Casa, na realidade, produziu.

Sr. Presidente, como Líder da Bancada Independente nesta Casa, nós e a Bancada do PR, em razão das questões de ordem política que a imprensa e a mídia baiana acompanham, tivemos um papel importante e, em momento algum, dificultamos as ações do governo, deixamos de apoiar as ações dele que fossem importantes. E cito, como exemplo, o caso do transporte alternativo. Está ali a grandiosa deputada pelo Oeste baiano, pela sua querida Barreiras, Antônia Pedrosa, que foi testemunha da luta para se aprovar o referido projeto em consonância com toda a sociedade e região.

Esse projeto ficou como exemplos marcante na vida deste parlamento, do entendimento entre o Executivo, o Parlamento e o povo. Isso foi de importância fundamental, e digo que cada um dos deputados exerceu a sua atividade independentemente, sem patrulhamento de quem quer que seja: nem das Bancadas partidárias, nem do Executivo, do Judiciário nem de outras forças de ordem maior fora do Parlamento. Portanto, refuto de importância fundamental a ação do Parlamento baiano e o saldo altamente positivo.

Mas, Srs. Deputados, em nome do prefeito de Juazeiro, faço-lhes um convite para o aniversário da cidade, no dia 15, e, para a Fenagri, a maior feira nacional da agricultura irrigada, do dia 15 ao dia 17, a qual vem com uma configuração totalmente diferente da das feiras anteriores.

Essa feira nasceu de um projeto nosso, quando ainda vereador por Juazeiro, criando a Festa do Melão. Hoje, ela evoluiu e se tornou uma feira reconhecida internacionalmente, onde se pretende gerar mais de R\$ 100 milhões em negócios. Será realizada no Campus da Universidade Estadual da Bahia, em Juazeiro, e vem com uma proposta totalmente inovadora na área tecnológica, comercial, e não tenho nenhuma dúvida de que, mais uma vez, vai bater o recorde de pessoas interessadas no agronegócio e de recursos envolvidos no próprio negócio, desde os implementos

agrícolas à produção de como se vender o produto, que fomenta o desenvolvimento regional de Juazeiro.

E vamos implantar também, agora, talvez com o anúncio dos primeiros colonos, mais cinco mil hectares irrigados, que vão proporcionar um incremento extraordinário na economia de Juazeiro, porque já temos o maior mercado de entreposto, onde se negocia em torno de R\$ 800 milhões só dentro do mercado produtor de Juazeiro, em um ano. E chegamos a negociar R\$ 2 bilhões de reais no entorno do mercado e mais os produtos que saem diretamente das fazendas para o mercado externo. Por isso, será um momento importante.

Juazeiro receberá também o maior presente do governador da Bahia, o Hospital Regional de Juazeiro, com um investimento superior a R\$ 30 milhões, no qual teremos uma medicina de alta complexidade. Aqui tenho o dever de aplaudir o governador e agradecer-lhe não apenas como representante de Juazeiro, mas também, e acima de tudo, como representante e homem da saúde, como médico, que sou. Jamais Juazeiro teve um investimento tão vultoso na Saúde, uma área crítica em todos os municípios, pois não conheço nenhum município brasileiro em que as ações na área da saúde estejam se desenvolvendo a contento. Portanto, é um investimento alto, mas terá retorno, porque o retorno é o maior patrimônio que temos na nossa saúde. Vamos ter uma medicina de alta complexidade para atender não só Juazeiro mas também toda a sua macrorregião, parte de Petrolina, onde se vai atender 58 municípios entre Bahia e Pernambuco.

Portanto, agradeço, antecipadamente, ao governador da Bahia, que estará, no dia 15, em Juazeiro, inaugurando o Hospital Regional, que será o maior presente que a cidade receberá no dia do aniversário dela.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por cinco minutos, o deputado Getúlio Ubiratan.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, há poucos dias, tivemos a honra de receber a visita do nosso querido presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do governador do Estado, Jaques Wagner.

Foi um momento muito importante a visita do presidente da República à nossa região, na histórica cidade de Caravelas, pela oportunidade que tivemos de renovarmos, de ampliarmos a nossa reivindicação que há muito vem sendo repetida neste Plenário, que é a reativação do aeroporto da cidade de Caravelas, bem como do aeroporto da cidade de Teixeira de Freitas.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, que a discussão acerca da reativação dos aeroportos de Caravelas ou de Teixeira de Freitas passa pela questão do turismo na região do extremo sul do Estado. Temos discutido muito em reuniões que acontecem com a Associação dos Prefeitos do Extremo Sul junto à população, à comunidade e aos empresários da forte rede hoteleira da região

do Prado, Alcobaça, Nova Viçosa e Mucuri. Tenho certeza que a reativação dos aeroportos de Caravelas e de Teixeira de Freitas impulsionará o crescimento da região.

A boa notícia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputadas, é que o Exmº Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado por seu *staff*, com a presença também do ministro baiano, Geddel Vieira Lima, diante do forte apelo feito a ele, naquele momento, e também ao nosso governador Jaques Wagner, em seu discurso para a comunidade, para a população afirmou que a reativação do aeroporto de Caravelas acontecerá de imediato. O Presidente autorizou, imediatamente, no tempo mais curto possível a reativação dos aeroportos e o início das obras de recuperação.

Vai ser muito fácil, Sr. Presidente, porque temos na região o Exército Brasileiro trabalhando na construção de uma estrada importante que ligará o Estado de Minas Gerais ao extremo sul da Bahia, e passará pela nossa costa das baleias. Essa é uma estrada muito importante!

Tenho certeza de que o Exército Brasileiro também será chamado para dar a sua contribuição nas obras de recuperação do aeroporto de Caravelas, o que, logicamente, contribuirá para a redução dos custos.

Queremos crer, Sr. Presidente, que esta obra será iniciada e concretizada ainda este ano, o que fortalecerá o turismo da nossa região.

Diversas promoções têm acontecido, tivemos, recentemente, a belíssima festa de São João, que empolga todos os baianos. Quero parabenizar a festa de São João que aconteceu no Pelourinho. Essa é uma prova incontestável de que o turismo bem trabalhado favorece a projeção para os municípios, para o Estado e para o País.

O turismo organizado não ocorre tão somente no carnaval aqui na Bahia, temos outras opções. Agora temos o sucesso do São João do Nordeste que passa aqui pelo nosso Estado. Foi empolgação o que se viu. Para concluir, Sr. Presidente, nos municípios do interior, na nossa região, em municípios como Ibirapuã, Jucuruçu, Medeiros Neto e também aqui na capital na festa bonita que aconteceu no Pelourinho e também no município vizinho, Camaçari.

Quero aqui fazer o registro de que tudo aquilo que enfatizamos aqui ao longo do nosso mandato, é a vontade do nosso povo. Ver reabertos os aeroportos de Caravelas e de Teixeira de Freitas, graças a Deus, contando com o apoio do Presidente Lula renovamos também esse préstimo e essa vontade do nosso governador Jaques Wagner, e aqui do plenário quero fazer esse agradecimento.

Muito obrigado pela compreensão do tempo cedido, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 05 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Jornalistas, queria ter essa mesma convicção do deputado Getúlio Ubiratan, de acreditar nas promessas do presidente Lula e do Governador Jaques Wagner, mas eu

continuo também acreditando que nós temos, deputado Getúlio Ubiratan, que continuar aqui reivindicando obras e serviços para aqueles municípios, aquelas regiões que nós, deputados, representamos.

V.Ex^a acabou de falar aqui da sua reivindicação para ampliação e reativação dos aeroportos de Caravelas e Teixeira de Freitas, duas regiões importantíssimas, inclusive na questão do turismo e que o presidente Lula e o Governador Jaques Wagner prometeram reativá-los. Pois bem, nós temos uma grande luta, também, na região Sudoeste do Estado da Bahia, em Vitória da Conquista, nossa terra, terra inclusive do Líder, deputado Waldenor Pereira, do governo, que é uma grande luta da população, não só de Vitória da Conquista, mas de toda aquela região. Os vereadores de Conquista, os prefeitos dos municípios vizinhos, os empresários daquela região, enfim, toda a população reclama a ampliação ou a construção, e hoje já não se fala mais nem em ampliação, porque é possível, mas acho que caberia agora, para aquela região, a construção de um novo aeroporto em Vitória da Conquista.

Tem sido uma luta constante, já houve promessas do governador, já houve promessas do presidente através da Infraero, mas infelizmente, até hoje nada. Tem havido movimentos, inclusive recentemente os vereadores de Vitória da Conquista foram a Brasília, estiveram com os deputados federais, independentemente de partidos, reivindicar essa obra importantíssima para Vitória da Conquista e para toda Região Sudoeste. Vitória da Conquista, que é cidade polo, eu a considero como a capital, - eu considero não, - é a capital geográfica, eu diria, da Região Sudoeste, é um importante polo acadêmico, importante polo industrial, comercial, tem uma economia pujante, mas necessita, é imperioso que se construa um novo aeroporto.

Por isso, eu quero, inclusive já encaminhamos uma indicação ao Governador Jaques Wagner, e tenho certeza que o governador vai ser sensível a essa reivindicação, para que ele envie esforços junto ao governo federal, porque o Estado sozinho sei que não constrói um aeroporto, mas junto à Infraero, para que venha a construir esse aeroporto em Vitória da Conquista.

É uma grande obra, extremamente necessária para dar continuidade ao desenvolvimento econômico e social daquela região. Vitória da Conquista, um município com mais de 300 mil habitantes, mas que tem no seu entorno e que converge para lá uma população que demanda serviços desde a área de saúde, educação, segurança pública, enfim, serviços na área da indústria, do comércio, etc., congrega uma população de mais de 2 milhões de habitantes, envolvendo 70 municípios da Região Sudoeste e até do Norte de Minas Gerais.

Por isso, é extremamente necessária a construção de um novo aeroporto em Vitória da Conquista para que realmente venha atender aquela população desse importante veículo de transporte de passageiros principalmente, com toda a agilidade que tem, porque convergem para Vitória da Conquista, de Vitória da Conquista para Salvador e para outras partes do país, diversas pessoas que necessitam, realmente, de um aeroporto novo, de novas linhas aéreas para que possa transportar as pessoas na velocidade necessária que hoje demanda o mundo globalizado.

Por isso nós renovamos aqui, fizemos essa indicação ao governador Jaques

Wagner, e eu tenho certeza que ele vai ser sensível a esse pleito, mas que envie, realmente, esforços junto ao presidente da República, junto à Infraero para que se construa aquele aeroporto de Vitória da Conquista, uma obra extremamente necessária. E esperamos também que construa, para atender ao deputado Getúlio Ubiratan, que reative os aeroportos de Caravelas e Teixeira de Freitas, uma reivindicação do deputado, uma obra também extremamente necessária.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Antes de passar a palavra, no Pequeno Expediente, para o deputado Valdeci eu quero fazer um registro aqui do digno representante dos jornalistas da nossa região do Extremo Sul, que é jornalista Roque, que aqui se faz presente no Plenário desta Casa. Aliás, jornalistas que vão ter que contar com o apoio da nossa Casa aqui, no sentido que seja revogado aquele desastre que aconteceu no Supremo Tribunal, fazendo com que o diploma de jornalista não esteja valendo absolutamente nada, simplesmente como se a escola, a educação e o aprendizado em nível superior não mais interessasse. Era preciso fazer esse registro.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o nobre deputado, Professor Valdeci, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqueles que nos ouvem pelos corredores da Assembleia Legislativa da Bahia, aqueles que nos ouvem e veem pelo Canal Assembleia, quero aqui, na Tribuna desta Casa, neste dia 30 de junho quando estamos encerrando o primeiro semestre, agradecer ao governador Jaques Wagner e sua comitiva pela estadia no município de Santa Maria da Vitória, na sexta-feira, dia 26, data em que nós completamos 100 anos de emancipação política e administrativa.

Na oportunidade o governador fez a inauguração da Biblioteca Pública, da loja da Cred Bahia e também da Coordenação da Polícia Civil Regional, em Santa Maria da Vitória. Depois seguimos para o município de Tabocas do Brejo Velho, onde anunciamos várias obras, inclusive a inauguração de quatro PSFs, no município de Tabocas do Brejo Velho que tem, aproximadamente, 12 mil habitantes.

Agora, o mais essencial para a nossa região foi a ordem de serviço que o governador assinou para o início da construção ou reforma total da BA-172, ligando o município de Muquém do São Francisco, na localidade de Javi, até o município de Santa Maria da Vitória. Uma obra esperada por todos há mais de quatro anos, e que, enquanto deputado estadual da Região Oeste da Bahia, mais particularmente daquele território do Rio Corrente, nós todos ficamos muito satisfeitos com essa notícia, com essa assinatura do governador Jaques Wagner, sexta-feira, em Santa Maria da Vitória, e também com o anúncio feito por ele que no dia 31 de julho serão abertos os envelopes do processo licitatório para a reforma da BR-349, que liga Santa Maria da Vitória ao município de Bom Jesus da Lapa.

Então, quero fazer esse registro aqui, que no mês de junho de 2009 o

governador Jaques Wagner esteve em vários municípios da região, esteve em Luís Eduardo Magalhães, no dia 02, no dia 08 em Barreiras, no dia 15 em São Desidério, no dia 26 em Santa Maria da Vitória, em Tabocas do Brejo Velho colocando então em prática o seu discurso de campanha, de que daria prioridade na nossa região.

Quero dizer que o governador Wagner, juntamente com o nosso presidente Lula, tem feito muito pela nossa região Oeste da Bahia. Mas temos que fazer muito mais, e no seu discurso de quase uma hora em Santa Maria da Vitória, no dia 26, Wagner deixou muito clara a sua dedicação, a sua vontade de realizar as obras, principalmente de infraestrutura, de que tanto carecemos, porque ficamos abandonados por mais de 20 anos. E, de uma maneira humilde, coloquei-me no palanque da nossa festa de aniversário em Santa Maria, na sexta-feira, coloquei-me à disposição do governador e da sua equipe, que lá se fazia presente, para que realmente possamos executar essa grande obra republicana.

Por fim, queria saudar aqui da tribuna nosso companheiro, conterrâneo, Sr. Adelgundes de Castro, que foi vereador por sete mandatos naquela época em que o vereador não recebia remuneração, e do alto dos seus 106 anos, Sr. Presidente, sentado na cadeira, no palanque do nosso aniversário, sexta-feira, ele fez um pronunciamento de mais de 15 minutos, e iniciou o discurso dizendo que recordar é viver. E todos nós, inclusive o governador, ficamos emocionados com a sua lucidez, com a sua memória, deputado Isaac Cunha. Para nós, é motivo de orgulho tê-lo como amigo, como eleitor, como santa-mariense, e queria dar os parabéns ao Sr. Adelgundes de Castro e a toda sua família, em particular ao meu amigo José Martim, professor Zeto, seu filho, e também seu filho Dr. Henrique, amigo meu e da minha família.

Então, essas são as minhas palavras. Quero terminar agradecendo ao governador pela sua presença em Santa Maria e também agradecer ao Sr. Adelgundes pela aula de história que nos proporcionou no dia 26 de junho de 2009.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Convido o nosso querido deputado Ferreira Ottomar, no Pequeno Expediente, para usar o tempo por 5 minutos. Já anunciando aí no Grande Expediente que os telespectadores da *TV Assembleia* não podem perder o pronunciamento do nosso querido deputado Álvaro Gomes.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há nenhuma deputada hoje no Plenário, e como é uma sessão de encerramento do primeiro semestre, tenho um assunto importante aqui para tratar.

Quero aqui fazer um pedido em público, ao nosso presidente da Embasa, que olhe mais um pouquinho para Camaçari sobre a questão da água. Camaçari é uma cidade privilegiada, tem luz boa, tem topografia boa, tem uma riqueza muito grande, que é o Polo Petroquímico, tem uma receita muito boa. Temos água à vontade, o subsolo, duas barragens, de Santa Helena e do Joanes, que estão transbordando, e o povo não tem água. Não falta água, falta investimento. Não é justo que no centro da cidade

os comerciantes sejam abastecidos por caminhão-pipa. Estamos em pleno século XXI. Não é justo, com tanta riqueza, com tanta água, faltando apenas investimento.

Eu tenho uma empresa em Camaçari, e quantas vezes por semana tenho que deslocar caminhões-pipa para atender moradores e comerciantes de Camaçari. Estamos no século XXI. Tanta água, além da Barragem do Joanes, além da Barragem de Santa Helena, a Barragem do Joanes também é interligada a Pedra do Cavalo. Então, falta apenas investimento.

Queria aproveitar a oportunidade para não só chamar a atenção do presidente da Embasa como também do nosso governador Wagner. Camaçari é uma cidade que ama muito o governador. A cidade onde ele começou sua trajetória política foi Camaçari, como sindicalista, como político. Sempre a cidade o acolheu de braços abertos, com muito carinho. Toda vida foi bem votado lá. Quando se candidatou a prefeito em Camaçari, foi bem votado pela primeira vez. Então, queria fazer esse apelo ao governador, porque sem água fica difícil para a pessoa viver, fica difícil principalmente para o comerciante de hotel, pousada, onde há hóspedes que pagam para dormir e às vezes não têm um lugar para tomar banho. Isso é inadmissível. Sei que o Estado é muito grande, são muitos problemas acumulados, mas os problemas são para serem resolvidos. Só não há jeito para uma coisa: a morte. Todos os problemas que nos são impostos têm como ser resolvidos. Basta ter força de vontade, força política, para resolvê-los.

Tínhamos um diretor da Embasa em Camaçari que, ao longo dos anos, passou por vários prefeitos, por vários governos: doutor Luciano. Quero aqui expressar o meu sentimento de pesar pelo seu falecimento. Foi um diretor que prestou um grande serviço em Camaçari. Toda a população sentiu a sua perda. Foi acometido de um AVC e faleceu. Quero aqui expressar meus sentimentos, com o meu coração cheio de dor, pela perda de uma pessoa jovem ainda, um homem de cinquenta e poucos anos. Camaçari perdeu um grande técnico, uma pessoa de uma capacidade muito grande, sensível aos problemas das pessoas mais humildes daquela cidade. Todos nós estamos sentindo a sua perda.

Então, quero pedir ao diretor da Embasa que faça uma visita a Camaçari, faça um investimento. Os poços foram construídos há 10, 15 anos, quando Camaçari tinha apenas 60 mil habitantes, hoje chega a quase 250 mil habitantes. Então, os poços não são suficientes para abastecer o reservatório de água, que nunca chegou, deputado Brito, à metade. Da metade para cima, nunca viu água, porque os poços são insuficientes para alimentar, para manter o reservatório cheio. Falta apenas investimento.

Fica aqui o apelo. Acredito que o nosso governador, que o nosso presidente da Embasa tomarão as devidas providências pois o nosso povo merece.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Hoje é o encerramento do primeiro semestre dos trabalhos daqui desta Casa. Esta é a sessão ordinária de nº 59, deputado Gilberto Brito. A partir de amanhã esta Casa entrará em recesso e retornará em

agosto.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Convido deputado Gildásio Penedo, deputado Gilberto Brito, deputado Isaac Cunha, deputado Professor Valdeci, a distinta plateia que se faz presente, prestigiando os trabalhos desta Casa de hoje através da *TV Assembleia*, para acompanhar com muita atenção, deputado Gildásio Penedo, no Grande Expediente, os 25 minutos de oratória do nosso ilustre deputado Álvaro Gomes. Sem dúvida alguma, esses 25 minutos serão agraciados por um pronunciamento dos mais abalizados que esta Casa terá o prazer de assistir, assim como os telespectadores da *TV Assembleia*. O nosso diretor Carlinhos está atento para acompanhar o pronunciamento do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES: - Deputado Getúlio Ubiratan, muito obrigado pelos elogios. Na realidade, gostaria de fazer aqui algumas considerações sobre vários temas e como sou um internacionalista proletário, eu gostaria de iniciar o meu pronunciamento fazendo uma abordagem rápida sobre o golpe de Estado em Honduras. E pediria para inserir nos Anais desta Casa o editorial do Vermelho de hoje, 29 de junho de 2009, com o título: (Lê) “*Os gorilas de Tegucigalpa não podem passar*”

Honduras sofreu um golpe militar típico do século passado latino-americano. Mas os gorilas e oligarcas de Tegucigalpa estão constatando que a história não se repete.

A quartelada tem traços bem conhecidos dos latino-americanos. Seu estopim foi a decisão do presidente Manuel Zelaya e dos movimentos sociais de consultar o povo sobre a convocação de uma Assembléia Constituinte. É um confronto entre urnas e tanques.”

A outra matéria também é uma nota oficial do PC do B, pediria para inserir nos Anais desta Casa, também de hoje, que vem no mesmo sentido.

(Lê) “*Em nota, PCdoB repudia golpe de Estado em Honduras*

O Secretariado Nacional do PCdoB acaba de emitir nota em que 'repudia com veemência' o golpe de Estado ocorrido neste domingo (21) em Honduras. 'Valorizamos e apoiamos as manifestações do governo brasileiro e de outros latinoamericanos e caribenhos, que exigem a imediata restituição de Manuel Zelaya', diz a nota publicada a seguir.

O Partido Comunista do Brasil repudia com veemência o golpe de Estado desferido em Honduras contra o presidente constitucional Manuel Zelaya e soma-se ao povo e às forças democráticas e patrióticas hondurenhas, que nas ruas e em greve geral, exigem o retorno do presidente, enfrentando o toque de recolher e a repressão imposta pelos golpistas.

O golpe é resultado de forte reação das classes dominantes hondurenhas à tentativa do presidente Zelaya em consultar o povo para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e da adesão do país à Aliança Bolivariana dos Povos das Américas (Alba).”

Portanto, esse golpe de Estado é inaceitável. O presidente Lula já se pronunciou, não aceita esse golpe, diversos outros presidentes pelo mundo inteiro também se pronunciaram, não aceitam esse golpe. Queremos também na Assembleia Legislativa repudiar esse golpe desferido contra as forças democráticas de Honduras.

Iniciei o meu pronunciamento abordando essa questão do golpe de Honduras, mas gostaria agora de abordar um outro tema.

Ainda hoje, apresentei uma moção de aplauso pela passagem do 64º aniversário do nascimento de Raul Seixas. Queremos aqui registrar essa data importante. A música de Raul Seixas se caracterizou como avançada, uma música que ganhou as multidões e se transformou num roque alternativo, enfim se transformou numa grande atração nacional. Infelizmente, Raul Seixas morreu prematuramente, mas deixou aí um grande legado. Ele, que nasceu “há 10 mil anos atrás”, é o cantor da metamorfose ambulante, da sociedade alternativa, das inovações. Portanto, apresentamos esta moção de aplausos pela época em que Raul Seixas nasceu.

Outra questão que gostaria de abordar é que, durante o primeiro semestre de 2009, apresentei a esta Casa Legislativa 32 projetos de lei, mas não vou fazer a abordagem de todos eles. Gostaria de retomar apenas a discussão, com mais detalhes, sobre um projeto que apresentei na legislatura passada, que foi o mais polêmico e o de maior repercussão nesta Casa Legislativa. Ele versa sobre a extinção da chamada tarifa assinatura dos telefones fixos e móveis no Estado da Bahia, foi apresentado, inicialmente, em 3 de março de 2005 e, em 13 de abril, discutido, votado e aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça. Infelizmente, em 10 de maio, houve um parecer contrário a ele da comissão que não deveria ter feito absolutamente nenhuma contestação. A grande discussão sobre esse projeto versa exatamente sobre a constitucionalidade do projeto, se ele pode ou não se transformar em lei. Então a Comissão de Constituição e Justiça é que aborda essa temática, e nela projeto foi aprovado por unanimidade.

Quero até fazer um elogio ao deputado Luiz de Deus, na época presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o qual desenvolveu esse esforço, e aos demais parlamentares, mas principalmente ao deputado Luiz de Deus, que era governista, na época defensor do governo e do governador Paulo Souto, e, mesmo assim, fez um parecer favorável sobre o projeto da tarifa assinatura. Quero realmente elogiar o referido por ter dado esse parecer favorável ao projeto em questão.

Então cabe à Comissão de Constituição e Justiça discutir se o projeto é constitucional ou inconstitucional, e ela o aprovou por unanimidade. Paradoxalmente, pela Comissão de Defesa do Consumidor – e aí, talvez, os parlamentares, naquele momento, tenham se confundido um pouco, imaginado que aquela comissão não era de Defesa do consumidor, e sim de defesa dos empresários, porque, em sendo a de Defesa do Consumidor o projeto teria que ser aprovado, até porque não há nenhuma

contestação sobre os benefícios para a sociedade com a extinção da tarifa-assinatura –, infelizmente, o projeto foi rejeitado e e, em seguida, arquivado.

Reapresentei o projeto em 2006 e, agora, em 2009, pedi o desarquivamento dele, e agora ele está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, pois o Supremo Tribunal Federal definiu que a questão envolvendo a telefonia é competência dos Estados, da Justiça estaduais e das Assembleias Legislativas, porque é relação de consumo.

Então este projeto precisa ser votado aqui, nobre deputado Gildásio Penedo, nobre presidente Marcelo Nilo. Queria fazer um apelo público ao deputado Waldenor Pereira, que tem sido, realmente, um Líder preocupado com as questões sociais, para que agilize a votação desta matéria nas Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa do Consumidor e aqui em Plenário para que esta Casa efetivamente cumpra o seu verdadeiro papel.

Calcula-se uma economia de mais de R\$ 60 milhões para os mais necessitados. Ou seja, mais de R\$ 60 milhões estarão movimentando a nossa economia e, assim, beneficiando a população mais carente. Enfim, agora, mais do que nunca, este projeto precisa ser discutido e aprovado na Assembleia Legislativa.

Essa decisão do Supremo Tribunal Federal mostrou que o nosso projeto tem viabilidade e é constitucional. Ela dá razão àquela campanha que fizemos, quando coletamos 115 mil assinaturas e entregamos ao ministro Hélio Costa. Essa decisão do STF mostra que estávamos certos quando incentivamos a população a ingressar com ações individuais e ingressamos, através do IAPAZ – instituto presidido por mim –, com uma ação coletiva exigindo o fim da tarifa-assinatura.

E neste momento esta luta ganha força, se reforça, até porque é um assalto das empresas de telefonia a cobrança, todos os meses, de R\$ 40,00 nos contratos de telefone fixo. Sempre falei isso. Lancei o meu grito no Palácio do Planalto para que se acabasse com essa tarifa abusiva, ilegal, escandalosa! E agora, com essa decisão do Supremo, a nossa luta ganha mais fôlego e poderá ser vitoriosa.

Faço um apelo aos nobres pares, aos nobres deputados Getúlio Ubiratan, Isaac Cunha, Valdeci, Marcelo Nilo, presidente desta Assembleia, Waldenor Pereira, Líder do governo, para que possamos votar este projeto que está adormecido na Assembleia Legislativa desde 2005. Houve um movimento, mas foi arquivado; reapresentei em 2006. De lá para cá permanece adormecido. E uma proposta desta importância não pode ficar dormindo, tem de acordar. Ela tem de ser votada para o benefício da população.

Esse é o apelo que fazemos à Assembleia Legislativa.

Um abraço! Vamos conseguir esta grande vitória pelo fim da tarifa-assinatura nos telefones fixos e móveis no Estado da Bahia!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira por até 10 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}

Deputadas, imprensa presente, servidores do Tribunal de Contas, subo a esta tribuna neste último dia deste primeiro semestre legislativo para apresentar um balanço positivo desta Casa neste período em curso que se encerra hoje. Segundo informações de nossa assessoria, aprovamos neste primeiro semestre quarenta projetos oriundos do Poder Executivo, um projeto oriundo do Tribunal de Contas do Estado, um outro projeto oriundo do Ministério Público e um terceiro projeto do Tribunal de Justiça, sem contar mais de cento e cinquenta projetos de concessão de utilidade pública para associações, cooperativas e entidades de segmentos organizados da sociedade baiana.

Portanto, foi um período legislativo, no terceiro ano de governo, bastante produtivo, quando esta Casa pôde apreciar, discutir e debater importantes projetos, estruturantes projetos de interesse do Estado, de interesse do desenvolvimento do Estado da Bahia. Eu quero agradecer à nossa Bancada, à Bancada de governo, que esteve aqui presente majoritariamente em todas as votações; aos meus vice-líderes, na pessoa do companheiro, deputado Getúlio Ubiratan, um dos vice-líderes de nossa Bancada; agradecer e parabenizar o presidente Marcelo Nilo, que mais uma vez tão bem conduziu esta Casa, de forma isenta, imparcial, estimulando o debate e abrindo as suas portas para que o movimento social, o movimento popular e os servidores aqui estivessem defendendo os seus interesses.

E eu quero destacar, deputado Getúlio, que me ouve com atenção, especialmente o período da convocação extraordinária, quando votamos vinte e oito diferentes projetos, a maioria deles reestruturando os Planos de Cargos e Salários dos nossos servidores. Hoje, a maioria absoluta dos servidores públicos do Estado da Bahia, eu poderia afirmar categoricamente mais de 80% de nossos servidores tiveram os seus Planos de Cargos e Salários reestruturados. Portanto, eles tiveram ganhos salariais, planos recuperados no sentido da possibilidade da progressão funcional na carreira, maior valorização desses servidores e, mais do que nunca, a possibilidade de ascensão funcional, não só do ponto de vista salarial, como do ponto de vista do estado e do nível que cada servidor poderá ocupar a partir da aprovação desses projetos.

Assim, consideramos este um período legislativo bastante positivo. Agradecemos à nossa Bancada pela decisiva participação e aprovação de todos os projetos especialmente aqueles de iniciativa do Poder Executivo, parabenizamos o deputado Marcelo Nilo, presidente desta Casa, os demais Líderes partidários, como o deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, que foi compreensivo na negociação e no entendimento em muitas oportunidades; o deputado Pedro Alcântara, Líder do Bloco independente, que de igual forma sempre foi aberto ao diálogo e ao entendimento, pois colaborou decisivamente para que esta Casa Legislativa concluísse este primeiro período legislativo com saldo extremamente favorável e positivo.

Portanto, Sr. Presidente, essas são as nossas palavras de agradecimento, parabéns e revelação de contentamento e alegria, porque, apesar da crise financeira que se abateu sobre todas as nações, com forte repercussão no Brasil e no Estado da Bahia, ainda assim, conseguimos aprovar quarenta e três projetos durante este ano de 2009, vinte e oito projetos durante a convocação extraordinária, dezessete outros

projetos no período legislativo regular, além de quase duzentos projetos de utilidade pública, vários projetos de concessão de título de cidadão baiano e cabe destacar, de forma muito especial, a aprovação, neste semestre, de vários projetos, ou melhor, catorze projetos, para ser mais preciso, de iniciativa parlamentar.

Vários parlamentares desta Casa, tanto da Oposição quanto da Situação, tiveram a oportunidade, tantas vezes reclamada pelo deputado Gilberto Brito, de verem seus projetos serem aprovados por esta Casa Legislativa durante o período que se encerra no dia de hoje.

Quero, finalmente, Sr. Presidente, na condição de Líder do governo nesta Casa Legislativa, destacar o entendimento que tivemos há poucos instantes com o Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – aqui presentes o seu presidente, Dr. Hamilson, e demais dirigentes – quanto à votação de um substitutivo para fazer uma alteração necessária no projeto que aprovamos aqui na semana passada e que será, naturalmente, retificado com a anuência, a concordância de todos os líderes partidários.

Já mantivemos contato com os deputados Heraldo Rocha, Pedro Alcântara e Gildásio Penedo, que está aqui representando a Bancada da Minoria, e nós, com a anuência do Sindicato, aprovaremos aqui, logo mais, esse substitutivo, para que possamos encerrar o período com chave de ouro.

O Sr. Gilberto Brito:- Um aparte, deputado.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Com o aparte o nobre deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Waldenor, agradeço-lhe pelo aparte e, por dever de justiça, cumprimento V.Ex^a pela briosa postura que manteve ao longo do período – o que é uma característica de sua pessoa – como Líder da Bancada de sustentação ao governo, e por sua maneira prudente, ética, responsável e cautelosa. Quero dizer que um parlamentar com suas qualificações enriquece o Parlamento.

Por outro lado, eu, lamentavelmente, não comungo em gênero e número com todas as suas colocações, pois considero ainda muito pouco, muito incipiente a iniciativa do Poder Legislativo da Bahia, que, ao longo de um período inteiro, aprovou somente 14 projetos de lei de autoria de deputados. E isso porque houve acordo de lideranças. Se não houvesse o acordo de lideranças, por certo, isso não teria acontecido. Então, mais uma vez, quero registrar não o meu protesto, mas o meu reclamo, para que a Casa seja, realmente, uma Casa de discussão de temas voltados para o bem da sociedade.

Parabenizo e cumprimento V.Ex^a, e, por dever de justiça, também cumprimento o Sr. Presidente, Marcelo Nilo, que se encontra, legitimamente, por todos os motivos, na Presidência da Casa, por sua determinação, seu zelo com o Poder Legislativo da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Muito obrigado, deputado Gilberto Brito. Quero, de igual forma, retribuir as palavras elogiosas de V.Ex^a, que é, sem dúvida alguma, um dos parlamentares mais competentes, mais assíduos, mais frequentes e

que tem contribuído, colaborado de forma extraordinária com o Parlamento da Bahia, com esta Casa Legislativa.

E quero dizer que, apesar do número ainda reduzido de projetos de iniciativa parlamentar, reconhecemos como um passo importante que foi dado por esta Casa. Foram 14 projetos apreciados e aprovados nesse 1º semestre legislativo, e o presidente Marcelo Nilo já anunciou publicamente, aqui, neste Plenário, a sua vontade de, no próximo semestre legislativo, aprovarmos um número ainda mais significativo de projetos de iniciativa dos parlamentares.

Portanto, parabéns a todos. Agradeço ao presidente Marcelo Nilo e, de forma muito especial, à nossa Bancada, que nesse semestre legislativo aprovou todos os projetos oriundos do Poder Executivo que interessavam ao desenvolvimento do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, tendo em vista um acordo de Lideranças, entre os líderes Waldenor Pereira e Heraldo Rocha, hoje representado aqui pelo deputado Gildásio Penedo, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Manoel Castro, o governo do Estado e também o Sindicato do Tribunal de Contas do Estado, vamos acrescentar um substitutivo ao projeto que vou ler aqui para que fique registrado nos Anais da Casa.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.400/2008, de autoria do Tribunal do Contas do Estado, o qual “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.547, de 21/12/2006, e dá outras providências”.*

Encaminha, a esta Casa, o Exmº Sr. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o projeto de lei que ora passo a relatar, alterando dispositivos da Lei nº 10.547/2006, relativa à criação do Ministério Público Especial junto ao TCE.

A medida vem promover a “atualização do plano de carreira dos membros do Ministério Público Especial e a instituição do subsídio, na forma análoga à do Ministério Público comum”, conforme registra o Sr. Presidente daquela Corte de Contas no ofício através do qual encaminha a proposição a esta Casa, onde ressalta ainda que “o projeto é resultado de aprofundados estudos, tendo sido amplamente discutido e merecido aprovação do egrégio Tribunal Pleno”.

Trata-se, portanto, de proposição de relevante interesse público, e que indubitavelmente virá contribuir para o aperfeiçoamento da atuação do Tribunal de Contas do Estado no cumprimento de sua missão constitucional.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, objetivando oferecer uma melhor estruturação à proposta, apresento, na condição de Relator, o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 17.400/2008

Altera e acrescenta dispositivos à Lei n.º 10.547, de 27 de dezembro de 2006, e

dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, *faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

Art. 1º – *O art. 1º, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.547, de 27 de Dezembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:*

“Art. 1º – O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, ao qual se aplicam os princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, compõe-se de procurador-geral e procuradores, nomeados pelo Governador do Estado.

§1º – O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado é constituído por 07 (sete) Procuradores, cujos cargos são escalonados em 04 (quatro) classes, às quais são atribuídos os subsídios fixados no Anexo Único desta Lei;

§2º - O ingresso na carreira de Procurador dar-se-á na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, 03 (três) anos de atividade jurídica

§3º - A progressão funcional na carreira de Procurador far-se-á por promoção, observando-se, alternadamente, os critérios de antiguidade e de merecimento, na forma do Regimento.

§4º - O Procurador-Geral será nomeado para o mandato de 02 (dois) anos, dentre os ocupantes dos cargos da carreira, permitida uma recondução, tendo o tratamento protocolar compatível com a relevância do cargo, atendidos os critérios do parágrafo único, do artigo 3º desta Lei, sendo-lhe atribuído o subsídio fixado no Anexo Único desta Lei.”

Art. 2º– *O parágrafo único do art. 3º da Lei n.º 10.547, de 27 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:*

“Art. 3º - ...

Parágrafo único - Em suas ausências ou nos seus impedimentos, o Procurador-Geral será substituído pelo Procurador mais antigo no cargo e, sucessivamente, o que tiver maior idade, passando o substituto a fazer jus, durante a substituição, à percepção do subsídio do cargo exercido.”

Art. 3º - *O parágrafo único do art. 4º, da Lei 10.547, de 27 de Dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:*

“Art. 4º - ...

Parágrafo único – Os cargos comissionados de Chefe de Gabinete e Assessores são privativos de profissionais de nível superior, escolhidos dentre os servidores do Tribunal de Contas do Estado, e os demais de livre nomeação, nos termos da lei.”

Art. 4º - *Os subsídios de que trata esta Lei seguem o disposto no § 8º, combinado com o § 4º do art. 39 da Constituição Federal e absorvem qualquer outra parcela, seja a que título for.*

Art. 5º - *O Anexo Único da Lei nº 10.547, de 27 de Dezembro de 2006, passa a ter a redação constante do Anexo Único desta Lei.*

Art. 6º – *As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas pelas dotações orçamentárias próprias.*

Art. 7º - *Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

ANEXO ÚNICO

SUBSÍDIO DO CARGO DE PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

<i>CARGO</i>	<i>SUBSÍDIO</i>
<i>PROCURADOR GERAL</i>	<i>R\$ 22.000,00</i>

SUBSÍDIO DO CARGO DE PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

<i>CARGO</i>	<i>SUBSÍDIO</i>
<i>PROCURADOR – CLASSE D</i>	<i>R\$ 20.460,00</i>
<i>PROCURADOR – CLASSE C</i>	<i>R\$ 19.027,80</i>
<i>PROCURADOR – CLASSE B</i>	<i>R\$ 17.695,85</i>
<i>PROCURADOR – CLASSE A</i>	<i>R\$ 16.811,06”</i>

Srs. Deputados, tendo em vista que temos a presença de 34 Srs. Deputados, um acordo de lideranças, gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Líder do Governo, deputado Waldenor Pereira, ao Líder da Oposição, deputado Heraldo Rocha, aqui representado pelo deputado Gildásio Penedo Filho, ao presidente do Tribunal de

Contas do Estado da Bahia e ao Sindicato do Tribunal de Contas, representado aqui pelo seu presidente Admilson pela participação nessas negociações que só é possível graças a um acordo feito por todos os Líderes partidários desta Casa.

Em votação o parecer que acabamos de ler. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Tendo em vista o acordo de Lideranças gostaria de agradecer a todos os Srs. Deputados presentes nesta tarde de hoje, dia 30 de junho de 2009. Desejo-lhes um feliz recesso, não se trata de férias, sei que os deputados estarão visitando suas bases, procurando subsídios e informações em todas as regiões da Bahia. Desejo-lhes muita paz e agradeço a todos pelo semestre rico que tivemos. Aprovamos todos os projetos oriundos do Poder Executivo, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas do Estado e do Município, bem como do Tribunal de Justiça, e votamos vários projetos, Srs. Deputados, que foram negociados durante 4 meses e recentemente aprovados.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*